

DOCUMENTAÇÃO

A importância da função social da biblioteca e a necessidade de reorganização do sistema no Distrito Federal

ANTÔNIO CAETANO DIAS

A PROPORÇÃO que o tempo avança, mais se acentua o valor social da biblioteca. A extensão e a orientação da cultura não é mais uma questão individual e sim um problema coletivo.

E' a biblioteca moderna caracterizada como um dos mais poderosos instrumentos para a democratização da cultura. Sua atuação dirige-se para o público ilimitado (adultos, crianças e adolescentes), funcionando mesmo como uma universidade e completando-se como fator ponderável, lado a lado da imprensa, rádio e cinema, na educação extra-escolar do público a que serve.

Nunca será demais chamar a atenção para a diferença existente na conceituação de dois tipos de bibliotecas que, até hoje, entre nós, é sujeita a interpretações confusas:

A *Biblioteca Pública*, com características dinâmicas, de grande valor social, empresta livros a domicílio; dá aos seus leitores acesso livre às estantes; organiza listas bibliográficas sobre quaisquer assuntos que lhes sejam solicitados; distribui prêmios de leitura; organiza clubes infantis; mantém *hora do conto* para os seus pequenos clientes; enfim, multiplica dia a dia suas já ilimitadas atribuições.

A *Biblioteca Nacional*, funcionando essencialmente como biblioteca de consulta, procura preservar o seu precioso acervo para o futuro, constituído não só de livros mas também de jornais, revistas, estampas, códices e documentos valiosíssimos, para um público mais selecionado de pesquisadores e estudiosos.

A BIBLIOTECA NACIONAL

Considero oportuna a citação de trechos do discurso de posse do atual diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no qual chama a atenção dos poderes competentes para a pesada carga que a Casa de Ramiz Galvão vem suportando desde a sua criação, decorrente da falta de uma eficiente biblioteca pública na Capital da República:

"Aqui não se cogita — diz Josué Montelo referindo-se à Biblioteca Nacional — como

na Biblioteca Pública, apenas do leitor do nosso tempo, mas também do leitor dos tempos que hão de vir. Por força de lei, toda a produção bibliográfica do país converge para o amplo estuário de seus depósitos.

Um almanaque, distribuído gratuitamente, será uma obra rara e, daqui a um século se converterá possivelmente em instrumento de consulta para os estudiosos. O jornal, que se lê e se abandona, só a Biblioteca Nacional o salva do descaso natural de nossas mãos. Obra que sai a lume no Brasil encontra o seu registro civil na Biblioteca Nacional. E existirá necessariamente no acervo dessa democracia de papel, onde os livros são iguais perante o catálogo como os homens perante a lei."

Cita ainda Josué Montelo o exemplo do recente romance, *Fogo Morto*, de José Lins do Rêgo, publicado há quatro anos apenas e que corre o risco de não se apresentar ao público futuro nas páginas preciosas de sua primeira edição, em virtude das contínuas e inumeráveis leituras solicitadas por sua clientela ao exemplar da Biblioteca.

Já não existem, pelos mesmos motivos, numerosas primeiras edições de grandes obras populares de nossa literatura. A preservação do seu acervo é essencial para o futuro, e a leitura recreativa dessas obras deve constituir, como de fato constitui, a primordial finalidade das bibliotecas públicas.

AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO

Ora, a ampliação e reforma da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, subordinada à Prefeitura do Distrito Federal, é condição indispensável para aliviar a Biblioteca Nacional de um público leitor que não lhe pertence e, ao mesmo tempo, se impõe como medida inadiável para benefício imediato da população estudiosa desta cidade. Importaria essa medida na descentralização de uma rede de bibliotecas para os bairros e subúrbios populosos da cidade, subordinadas a uma Biblioteca Central, que distribuiria entre elas a coleção bibliográfica de

acôrdo com as necessidades peculiares às áreas que fôssem servir.

O exemplo do dinamismo das bibliotecas públicas, bem como a orientação técnica a seguir na sua preparação, vem sendo observado e tomado como norma, para aplicação, entre nós, da experiência norte-americana, onde a ciência biblioteconômica atingiu a nível altamente recomendável.

Muito embora em condições econômicas inteiramente desfavoráveis, nosso país vai marchando lentamente na direção do pleno desenvolvimento de suas atividades culturais, representadas por suas ainda incipientes bibliotecas, amparadas notadamente pelo Governo Federal, através do Instituto Nacional do Livro.

EVOLUÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA ENTRE NÓS

Podemos resumir as atividades do Governo Federal, nesse setor, nos seguintes itens:

1) A criação do Instituto Nacional do Livro, em 1938, com a principal finalidade de incentivar a criação de bibliotecas em todo o território nacional, distribuindo doações em livros periódicamente adquiridos no comércio, bem como assistindo-as tecnicamente;

2) Reforma do ensino biblioteconômico em 1944, transformando o antigo Curso da Biblioteca Nacional em curso essencialmente prático, na preparação de pessoal técnico destinado às bibliotecas modernas;

3) Criação e imediato funcionamento de um conjunto de bibliotecas federais, especializadas, atuando já no sentido dinâmico, como as bibliotecas do D.A.S.P., Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Saúde, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, S.A.P.S., e finalmente a Biblioteca Demonstrativa Castro Alves, do Insti-

tuto Nacional do Livro, funcionando no 2.º andar do edifício do I. P. A. S. E.;

4) Reforma da Biblioteca Nacional, limitando suas atribuições exclusivamente ao conceito adequado de Biblioteca Nacional.

Quando nós, técnicos de biblioteconomia, insistimos e repisamos na necessidade urgente de se preencher a grave lacuna constituída pela falta de uma Biblioteca Central, no Distrito Federal, com sucursais operantes espalhadas pelos bairros e subúrbios, não estamos somente tratando de procurar resolver o problema de nossa tradicional Biblioteca Nacional mas, também, em dotar a Capital da República de um indispensável sistema moderno de assistência cultural a mais de 2 milhões de habitantes mal servidos pelo baixo padrão literário das novelas radiofônicas, das revistas infantis perniciosas e da influência quase nefasta do mau cinema.

Numa época em que o hábito da leitura vai se transformando em privilégio de poucos, não só pelo preço elevado dos livros como também pelas condições de pouco conforto em que se encontra grande parte de nossa população, agravada por outros problemas como por exemplo a crise de habitação, mais necessário e urgente se torna a iniciativa de desenvolver intensamente êsse setor, providência, aliás, já iniciada com sacrifícios pelo Governo Federal, como relatamos, e que deve ser acompanhada, sem delongas, pelo Governo Municipal.

Concluimos, dirigindo um apêlo a todos aqueles que têm atuação pública, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário — federal, municipal ou estadual —, no sentido de que, reconhecendo a importância dos assuntos biblioteconômicos como fator de importância relevante para o desenvolvimento cultural das massas, dêem apoio irrestrito, moral e material, a fim de que o Brasil possa acompanhar a evolução de tão alto nível alcançado pelas grandes potências.

O instituto da consignação em folha de pagamento, para os funcionários públicos, nasceu com o Decreto n.º 771, de 20 de setembro de 1890, à época em que ministro da Fazenda, do Governo Provisório, o grande Rui Barbosa, e, a justificção para a sua adoção foi a verificação de que os servidores viviam em situação angustiosa por falta de crédito especializado para satisfazer a eventuais necessidades. — "Revista do Serviço Público", número de fevereiro, 1950.

* *
*
*

Desde a sua instalação, após o último conflito mundial, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), entidade filiada à ONU e que, de certo modo, sucedeu à UNRRA em sua tarefa de levantamento dos recursos alimentares mundiais, publica, anualmente, substancioso e circunstanciado relatório retratando com uma fidelidade e uma honestidade dignas de respeito, a situação aflitiva em que se debatem as populações do nosso planeta. E não somente retrata periodicamente a situação existente, como, também, apresenta os seus prognósticos sobre o período a seguir, no nobre objetivo de esclarecer governos e governados e concitá-los, ao mesmo tempo, a colaborar na árdua tarefa de reconstrução do mundo. — Maria de Lourdes Lima Modiano, "Revista do Serviço Público", número de fevereiro de 1950.